



Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo
Estância Balneária

INDICAÇÃO Nº 175 / 2022

Assunto: FUNAP

Protocolo: _____	
Data: _____	Hora: _____
Ofício: _____	
Aprovado na <u>10.ª</u> SO, realizada em <u>12.04.22</u>	_____ adendo _____
Presidente <u>Antonio Carlos Ticianelli</u>	

Excelentíssimo Sr. Presidente,
Nobres Vereadores:

Ney Vaz Pinto Lyra, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, fazer a seguinte Indicação:

A Funap, **Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso**, vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo, constitui-se em um importante instrumento do processo de reintegração social oferecido pelo Estado às pessoas privadas de liberdade.

A Funap atua diretamente na qualificação, capacitação profissional, oferta de assistência jurídica complementar e na geração de renda às pessoas privadas de liberdade custodiadas no sistema prisional paulista.

Com o intuito de promover a reintegração social da pessoa privada de liberdade, a Funap oferece para os órgãos públicos a contratação de mão de obra dos internos que estão no regime condicional. Com base na lei de execução penal, nº 86.666/93 no art.24 Inciso XIII a contratação desses profissionais por órgãos públicos é dispensada de licitação e não incide em encargos trabalhistas.

A contratação da mão de obra prisional dá oportunidade de que o preso seja reintegrado à sociedade, trazendo inúmeros benefícios para os contratantes; reduz os custos da mão de obra, contratação direta (sem licitação)

Diante do exposto, este vereador consulta ao Douto Plenário no tocante ao envio de ofício ao Prefeito Caio Matheus, solicitando que estude a possibilidade de realizar um convênio com a FUNAP para contratação de Bertioguenses reclusos, que se encontrem no Regime Condicional.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Indicação que vai devidamente subscrita.

Macario Antunes Quirino
Vereador

Elisângela da Silva Pedrosa
1º Secretário

Ney Vaz Pinto Lyra
Vereador

Renata da Silva Barreiro
Vereadora

Gilmar Barbosa dos Santos
Vereador

Antonio Carlos Ticianelli
Presidente

CONTRATO Nº (ÓRGÃO PÚBLICO CONTRATANTE) xx/202x.

CONTRATO Nº FUNAP - xxxx/21.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE XXX,
CONTRATANTE, E A FUNDAÇÃO "PROF. DR.
MANOEL PEDRO PIMENTEL" – FUNAP,
CONTRATADA, OBJETIVANDO A
AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
PELA CONTRATANTE DE UNIFORMES
ESCOLARES PRODUZIDOS PELO
TRABALHO DAS PESSOAS PRIVADAS DE
LIBERDADE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO
PAULISTA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE XXX**, pessoa jurídica de Direito Público, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na Rua XXX nº XXX, bairro , Cidade – SP, endereço eletrônico: (e-mail) xxx@xxx.sp.gov.br, neste ato legalmente representada por seu **PREFEITO**, o Senhor **XXX**, portador da Cédula de Identidade de RG nº XXX emitida pela SSP/SP, com inscrição no CPF/MF sob o nº XXX, doravante denominada **CONTRATANTE**; e

A **FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" – FUNAP**, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 49.325.434/0001-50, com Inscrição Estadual sob o nº 109.877.086.119, com sede administrativa na Rua Libero Badaró, nº 600, 7º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP: 01008-908, telefone (11) 3150-1000, endereço eletrônico: comercial@funap.sp.gov.br, neste ato legalmente representada por seu Diretor Adjunto de Administração e Finanças, Senhor **DIMITRIOS FYSKATORIS**, portador da Cédula de Identidade de RG nº 9.447.402-3, emitida pela SSP/SP, com inscrição no CPF/MF sob o nº 116.757.938-08, conforme ato de delegação do Diretor Executivo, Senhor **HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA NETO**, portador da Cédula de Identidade de RG nº 13.649.869-3 emitida pela SSP / SP, no exercício de suas competências estatutárias, doravante denominada **CONTRATADA**;

Celebram entre si o presente instrumento contratual de **VENDA e COMPRA de UNIFORMES ESCOLARES**, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações ratificadas nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal, e com integral sujeição às normas consubstanciadas nessa Lei, nos termos também do artigo 35 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (LEP), do inciso VII do artigo 29 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do artigo 16 da

Lei Estadual nº 1238, de 22 de dezembro de 1976, do artigo 18 do Decreto Estadual nº 59.177, de 13 de maio de 2013, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e do Decreto nº 10.235, de 30 de agosto de 1977 (Estatutos da FUNAP), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO** a venda à **CONTRATANTE** de UNIFORMES ESCOLARES, **PROPOSTA DICOM Nº XXX**, constante do Anexo I, que é parte integrante e inseparável deste instrumento, produzidos nas Oficinas Escolas mantidas pela **CONTRATADA** para capacitação profissional e ressocialização das pessoas privadas de liberdade inseridas no sistema penitenciário paulista, mediante a oferta de trabalho remunerado nos termos da Lei de Execução Penal;

1.2. A fabricação dos uniformes escolares ocorrerá nas unidades prisionais do Sistema Penitenciário Paulista e entregues de forma única pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** obedecendo às especificações, quantidades e valores individuais e totais mencionados na XXX, constante do Anexo I.

1.3. O prazo de entrega dos produtos é de até XXX dias, após a expedição da Nota de Empenho condicionada, sua expedição, às exigências contratuais, podendo ser prorrogável mediante justificativa da **CONTRATADA** e anuência da **CONTRATANTE**;

1.4. No caso de prorrogação justificada pela **CONTRATADA** do prazo de entrega dos uniformes em razão de dificuldades ou impedimentos para obtenção dos insumos necessários à aquisição dos uniformes, de impedimentos para a saída dos uniformes pronto das unidades prisionais, da interrupção do fluxo da força de trabalho em razão de decisões judiciais e do império das regras de segurança, dentre outros fatores decorrentes das peculiaridades da gestão do trabalho no sistema penitenciário paulista, ficam estes previamente constituídos como motivos para isenção de multas e de encargos previstos nos atos normativos da **CONTRATANTE**, por se tratarem de casos fortuitos ou de força maior previstos no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

1.5. Eventuais alterações dos parâmetros deste contrato, especialmente relativas as especificações e quantidades de entrega dos produtos (exceto na ocorrência de motivo de força maior ou de caso fortuito conforme previsto nos itens 1.3. e 1.5.), serão obrigatoriamente formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO** ao presente instrumento assinado pelas partes envolvidas, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

1.6. A entrega dos uniformes, pela **CONTRATADA**, far-se-á no XXX (ENDEREÇO COMPLETO), apenas nos dias úteis compreendidos entre segunda-feira e sexta-feira, no

horário entre as 08:00 horas e às 17:00 horas, cabendo à **CONTRATANTE** receber, conferir e emitir recibo do que lhe foi entregue, dando por quitadas as obrigações parciais e totais entre as partes conforme o caso;

1.7. A **CONTRATANTE** informará previamente à **CONTRATADA**, por meio do endereço eletrônico indicado neste instrumento, os dados de identificação e de contato da pessoa responsável pelo recebimento dos uniformes, incluindo nome completo, número do documento de identidade (RG), telefone e endereço eletrônico;

1.8. Por ocasião da entrega dos uniformes, acompanhado da Nota Fiscal à **CONTRATANTE**, o representante da **CONTRATADA**, após conferir a documentação, deverá colher a assinatura da pessoa responsável pelo recebimento no respectivo comprovante, desde que devidamente identificada, registrando de forma clara o nome completo, o número do documento de identidade (RG), o cargo, a data e hora da entrega e do recebimento;

1.9. As operações de descarga e de estocagem dos uniformes a partir da entrega serão realizadas e arcadas exclusivamente pela **CONTRATANTE**;

1.10. O recebimento dos uniformes dar-se-á, definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento provisório, ou no prazo necessário para verificação, mediante TERMO DE CONSTATAÇÃO de eventual irregularidade informando a pessoa responsável pelo recebimento dos uniformes designada pela **CONTRATANTE**;

1.11. O prazo de garantia DA AQUISIÇÃO dos uniformes são de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento, contra defeitos de fabricação.

1.12. As despesas para embalagens, seguro de vida e de acidentes pessoais das pessoas privadas de liberdade, bem como eventuais tributos e encargos decorrentes do processo de fabricação e de entrega dos itens correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR, QUANTIDADE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. As despesas decorrentes do presente contrato, n valor total de R\$ XXX (VALOR POR EXTENSO), correrão por conta da seguinte classificação orçamentária: XXX (DESCRIÇÃO DETALHADA), do orçamento vigente da **CONTRATANTE**;

2.2. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias após a efetivação de cada entrega, que poderá ser fracionada ou em uma única vez, conforme prazo acordado, por meio de crédito em favor da **CONTRATADA**, no Banco do Brasil, Agência 1897-X, Conta Corrente nº 139520-3, valendo o comprovante de depósito como recibo, o qual deverá ser encaminhado de imediato ao endereço eletrônico da **CONTRATADA**, constante do presente instrumento, para constatação de efetivo recebimento;

- 2.3. O documento fiscal poderá ser emitido de acordo com o artigo 55 do Anexo I do Decreto Estadual nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, alterado pelo Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003;
- 2.4. Caso a Nota Fiscal apresente incorreção, a mesma será recusada pela **CONTRATANTE** e o novo vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da Nota Fiscal válida, permanecendo o valor total estipulado no *caput* desta cláusula fixo e irrevogável;
- 2.5. Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida pela **CONTRATANTE** incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, bem como juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao valor e ao atraso verificado;
- 2.6. Havendo atraso injustificado na entrega dos uniformes pela **CONTRATADA**, sobre o valor fracionado ou total do contrato conforme o caso, incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, bem como juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao valor e ao atraso verificado;
- 2.7. Os títulos de cobrança eventualmente emitidos pela **CONTRATADA** em desfavor da **CONTRATANTE** serão mantidos em carteira, sendo certo que esta última não estará obrigada a pagar aqueles que, de forma a contrariar expressamente o disposto neste parágrafo, sejam indevidamente colocados em cobrança, por meio de estabelecimento bancário.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de vigência ordinário este CONTRATO será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial sua data de assinatura;
- 3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por meio de TERMO ADITIVO, assinado em comum acordo pelas partes, a este instrumento nos limites legais previstos.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Fornecer à **CONTRATADA** todos os dados e informações necessários à execução do objetado presente contrato;
- 4.2. Efetuar o pagamento devido à **CONTRATADA**, observando os prazos e condições estabelecidos;
- 4.3. Designar pessoa responsável pelo recebimento do objeto nos termos da cláusula primeira;
- 4.4. Conferir e receber os uniformes dentro das especificações e das quantidades acordadas, dando por quitadas as obrigações realizadas pela **CONTRATADA**;

4.5. Adotar as providências de sua alçada para perfeita execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Cumprir os prazos indicados na Proposta Comercial;
- 5.2. Informar à **CONTRATANTE** a ocorrência de fatores impeditivos à realização do objeto deste contrato nos termos ajustados;
- 5.3. Manter-se em dia com as suas obrigações legais face aos órgãos públicos, nos termos das leis e normas regulamentares aplicáveis;
- 5.4. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- 5.5. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em virtude de ações ou omissões da **CONTRATADA** na execução do contrato;
- 5.6. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as peculiaridades que regem o trabalho das pessoas privadas de liberdade inseridas no sistema penitenciário paulista;
- 5.7. Arcar com as despesas diretas e indiretas relacionadas com a aquisição dos uniformes à **CONTRATANTE** nos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

DAS PENALIDADES, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

- 6.1. A ocorrência de quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, incisos I a XI da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ensejará a rescisão deste contrato, com as consequências definidas nos artigos 80 e 78 da mesma lei, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis na forma de seus artigos 87 e 81, independentemente de interpelação judicial;
- 6.2. Nas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observar-se-á o disposto nos artigos 77 *usque* 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 6.3. O presente **CONTRATO** admite rescisão amigável, por acordo entre as partes, consoante preceitua o inciso II do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 6.4. Eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação ou da execução do presente instrumento poderão ser dirimidas por meio de arbitragem, a ser autorizada pelo Procurador Geral do Estado, conforme Decreto Estadual nº 64.356, de 31 de julho de 2019, e requerida em comum acordo pelas partes, que decidirão sobre o eventual ônus de seu funcionamento.

CLÁUSULA SÉTIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, conforme prevê o artigo 54 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CLÁUSULA OITAVA
DA LEGITIMIDADE DA CONTRATADA

8.1. Nos termos deste contrato, com base na Lei Estadual nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976 e, especialmente, no Inciso IX do artigo 4º do Decreto Estadual nº 10.235, de 30 de agosto de 1977, bem como nas normas correlatas que constituem o Estatuto da **FUNAP**, fica esta legitimamente responsável por defender as obrigações contratuais e o equilíbrio das relações objeto deste ajuste em juízo e fora dele, em qualquer instância, especialmente para ingressar com ações de cobrança ou de execução de título extrajudicial em face da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA
DO FORO

9.1 Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir todas as questões decorrentes da execução do presente contrato, não resolvidas por via administrativa entre as partes.

9.2 E, por estarem assim justos e em perfeito acordo, assinam o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

Fundação em São Paulo, XXX de XXX de 2022.

NOME
CONTRATANTE
Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO "PROF.DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" – FUNAP

(CONTRATADA)

Testemunhas:

Nome
RG

Nome
RG